



Quarto de despejo: genealogia de uma voz marginalizada

Aline de Souza Barreto *



Alice Bruna Fernandes Benevides **



Cássio Roberto Borges da Silva ***



Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE)
Editora Responsável

Ricardo Postal (UFPE)
Editor de Seção – Estudos Literários

Recebido em 07/07/2025.

Aprovado em 09/02/2026.

Como citar:

BARRETO, Aline de Souza; BENEVIDES, Alice Bruna Fernandes; SILVA, Cássio Roberto Borges da. Quarto de despejo: genealogia de uma voz marginalizada. *Revista Investigações*, Recife, v. 38, n. 1, e267095, 2026. DOI:

<https://doi.org/10.51359/2175-294x.2026.267095>

Resumo: Este artigo analisa as formas de resistência encenadas em *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. A análise concentra-se, inicialmente, no contexto de publicação da obra e em alguns elementos de sua primeira recepção crítica. Na segunda parte, o estudo empenha-se em examinar o cenário crítico que recontextualiza as memórias e lutas figuradas no texto autobiográfico. Ao recorrer ao conceito de genealogia, elaborado por Foucault, focalizamos a dinâmica das relações de poder que moldaram a trajetória da obra e de sua autora.

Palavras-chaves: Quarto de despejo. Carolina Maria de Jesus. Genealogia. Michel Foucault.

* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestranda do Programa do Programa em Pós-Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens. E-mail: 2024f0032@uesb.edu.br.

** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestranda do Programa do Programa em Pós-Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: 2024f0030@uesb.edu.br.

*** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professor Titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) e do Programa do Programa em Pós-Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens. E-mail: cassioroberto.borges@uesb.edu.br.



CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Essa leitura de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, empenha-se em descrever os dilemas enfrentados pela autora na ocasião da publicação de seu livro, em 1960, dilemas que ainda reverberam nas atuais apreciações críticas da obra. Recorremos ao conceito de *genealogia*, elaborado por Michel Foucault (2005 [1976]), no curso de 1976, *Em defesa da sociedade*, a fim de contrapor a voz marginalizada de Carolina de Jesus às forças normativas que regulavam a produção e a circulação de saberes no campo da crítica e da ficção brasileira.

Nesse sentido, empreendemos uma articulação entre a genealogia de Michel Foucault e elementos de crítica literária (Dalcastagnè, 2007; Evaristo; Jesus, 2021; Lajolo, 2020; Meihy, 2020; Moravia, 2020; Perpétua, 2000; 2014), dos estudos étnicos (Bernd, 1988; Fanon, 2008; Gonzalez, 2020; hooks, 2017; Munanga, 2009) e dos estudos históricos (Domingues; 2007; Schwarcz; Starling, 2015), em um esforço interdisciplinar que visa à compreensão do papel desempenhado por Carolina Maria de Jesus no campo da produção literária, assim como as disputas que atravessam a recepção e circulação de sua obra.

Pretendemos, dessa forma, rever, de maneira crítica, os mecanismos de marginalização que historicamente incidiram sobre as vozes negras e periféricas, excluindo-as dos espaços de produção e de legitimação de conhecimento. A enunciação de Carolina Maria de Jesus é concebida, aqui, como uma prática insurgente de enfrentamento às formas hegemônicas de controle social e de produção de conhecimento. Esperamos, com isso, contribuir para a construção de um espaço crítico capaz de articular a diversidade de vozes, saberes e vivências que particularizaram a formação da sociedade brasileira.

SOBRE GENEALOGIA EM FOUCAULT

No curso de 1976, *Em defesa da sociedade*, Michel Foucault (2005) expõe uma nova proposta de análise das relações de poder. Nesse momento, o conceito de *genealogia* assume um papel nuclear, atualizando noções que haviam sido elaboradas nos anos anteriores, especialmente as de *biopoder* e de *disciplina*. Um argumento conjuntural abre a exposição, referindo-se a uma ruptura epistemológica relevante, o que Foucault (2005, p. 11) chama, então, de “reviravoltas de saber”. A cena intelectual contemporânea é retratada sob o prisma de um desinteresse acentuado pela prática científica ordinária, o que se desdobraria, por um lado, em críticas radicais aos valores conservadores, por outro, em revoltas contra o cerceamento de direitos elementares.

A descrição dessa “insurreição de saberes sujeitados” (Foucault, 2005, p. 11) subdivide-se, então, em dois motivos: a ressurgência de saberes “sepultados” e a reavaliação de saberes “desqualificados”. Conhecimentos locais, suprimidos por sistemas epistemológicos dominantes, são concebidos como objeto privilegiado de um trabalho crítico de erudição histórica. De acordo com Foucault (2005, p. 11): “[...] são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pode fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição”.

Os saberes desqualificados, por sua vez, são entendidos como:

[...] saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (Foucault, 2005, p. 12).

Trata-se, nesse caso, de formas estigmatizadas, de conhecimentos populares, de práticas oralizadas, o que se revela, paulatinamente, nessa exposição, como memórias vivas de lutas entre grupos sociais heterogêneos, agregados sob o regime político do Estado-nação.

O interesse crítico por saberes deliberadamente subjugados configura-se, para Foucault, como uma possibilidade de elaboração de dispositivos de resistência a certas formas de racionalidade que, sob a pretensão da totalidade, da universalidade e da objetividade, sustentavam estratégias variadas de dominação. Naquele momento peculiar, diante de um saber moralizante, monolítico e autoritário, insurgiam saberes fragmentados, locais, ilegítimos.

A fim de caracterizar o valor das práticas sociais marginalizadas, Foucault (2005) compara o seu procedimento, a *genealogia*, com as reflexões de Deleuze e Guattari sobre a potencialidade das formas discursivas minoritárias na criação literária de Kafka, ou seja, o autor pretendia dimensionar politicamente o potencial subversivo de forças sociais até então silenciadas por mecanismos *disciplinares* e *biopolíticos*.

Em síntese, o conceito de *genealogia* emerge, nesse momento, como um arranjo paradoxal entre duas formas de conhecimento heterogêneas: a crítica historiográfica erudita, capaz de promover insurgências nos meios intelectuais, acadêmicos e políticos, e o saber cotidiano das pessoas comuns: os “condenados da terra”¹, que conservavam memórias de lutas ancestrais. Sob um regime de igualdade apenas aparente, as dissimetrias sociais revelavam-se como fenômenos resilientes. Trata-se, nesse ponto, da hipótese nuclear do curso: o regime político moderno seria uma técnica de dominação concebida, por inversão do aforismo de Clausewitz, como “guerra continuada por outros meios” (Foucault, 2005, p. 22).

A condição para a emergência de tais memórias seria, contudo, a superação da “tirania” de discursos totalizantes (Foucault, 2005, p. 13). Assertivas como essa remetem a uma escolha teórica que, nesse momento, começa a ficar mais evidente no pensamento de Foucault: a centralidade que ele atribui às lutas locais em detrimento de análises conjunturais mais amplas, globais, por assim dizer, como era usual nos setores dominantes da crítica social francesa naquele momento.

Se o poder é analisado por Foucault sob o prisma de relações de força “moleculares”, a *genealogia* funciona como uma tática de intervenção local que

¹ Em 1961, Frantz Fanon, psiquiatra martinicano, publicou *Os condenados da Terra*, obra em que analisa os impactos psicológicos e sociais da dominação europeia sobre os povos colonizados. A expressão “condenados da terra” é utilizada pelo autor para descrever a existência marginalizada e desumanizada dos indivíduos submetidos ao jugo do colonizador. Ativista da libertação anticolonial dos países africanos, Frantz Fanon é figura central dos estudos sobre colonialismo.

se incumbe de reunir as condições de emergência de um discurso marginalizado a fim de promover o combate às formas hegemônicas de produção do conhecimento, formas que tendem a cristalizar as relações de força e a promover a manutenção de dissimetrias sociais historicamente constituídas. A tarefa da genealogia seria, portanto, a de inserir saberes “sujeitados” nas hierarquias vigentes do conhecimento, modificando, dessa forma, as relações de poder que modulam essas mesmas hierarquias.

Quarto de despejo: diário de uma favelada revela-se como um caso emblemático de inscrição de práticas culturais marginalizadas num cenário erudito de produção intelectual. Nele, uma mulher negra e favelada emerge como produtora de conhecimento sobre si mesma e sobre o mundo que a cerca. Esse conhecimento elabora-se, contudo, sob uma perspectiva historicamente subalternizada e emprega modalidades de uso da língua que divergem drasticamente dos usos concebidos, então, como adequados à prática discursiva ficcional. As intervenções do primeiro editor, Audálio Dantas, promoveram uma série de cortes e modificações que visavam tornar o texto mais palatável para o público letrado e para o mercado editorial. Essa postura se estende, pelo menos inicialmente, à fortuna crítica da obra, que não apenas levantava ressalvas a propósito do padrão de escrita empregado nos diários de Carolina, mas também se manifestava sob um ponto de vista explicitamente discriminatório.

Num cenário mais recente, contudo, a crítica passa a ressaltar o valor ético e histórico do texto, em detrimento de abordagens focalizadas apenas em sua dimensão estética. Nesse sentido, o valor da representação letrada é redimensionado sob a ótica das dissimetrias sociais que prevaleceram no país mesmo depois da abolição, assimetrias estruturais que excluíram a população negra dos direitos elementares da cidadania, convertendo as senzalas em favelas. Nesse sentido, a leitura crítica contemporânea apropria-se de um discurso “fragmentário, local, ilegítimo”, o discurso de Carolina, trazendo à tona um debate étnico que permaneceu silenciado, durante quase todo o século XX, sob o manto da democracia racial. Em suma, essa crítica efetua

uma *genealogia*, apropriando-se de discursos marginalizados a fim de reordenar os padrões hegemônicos de nossas práticas intelectuais.

O livro resulta de uma seleção dos registros efetuados em diários que Carolina Maria de Jesus escreveu entre 1955 e 1960. Ao escrever sua história, a autora elabora um testemunho contundente sobre a vida nas favelas brasileiras e, conseqüentemente, sobre as desigualdades sociais no Brasil. O êxito editorial desse relato subverteu os padrões estéticos pressupostos, naquele período, para um empreendimento no campo da literatura brasileira, dado o aspecto oralizado de sua escrita, traço mantido, ao menos em alguma medida, no projeto editorial de sua primeira circulação.

Nesse ponto, vale lembrar que Foucault, ao definir a genealogia, enfatizava o seu papel na luta, não contra uma metodologia científica em si, mas contra os efeitos centralizadores de poder inerentes aos usos do discurso científico em nossas sociedades:

As genealogias são, muito exatamente, anti-ciências. Não que elas reivindiquem o direito lírico à ignorância e ao não-saber, não que se tratasse da recusa de saber ou do pôr em jogo, do pôr em destaque os prestígios de uma experiência imediata, ainda não captada pelo saber. Não é disso que se trata. Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (Foucault, 2005, p. 14).

A genealogia de Foucault nos propicia um instrumento eficaz para compreender os mecanismos de exclusão que atuaram na recepção inicial de *Quarto de despejo*. Como veremos adiante, a primeira recepção da obra colocava em evidência perspectivas racistas e elitistas empenhadas em deslegitimar a escrita de Carolina Maria de Jesus. Essas leituras reforçavam hierarquias de saber que ainda estavam em vigência, no Brasil, em meados do século XX, recusando o estatuto de criação literária à obra de uma escritora preta e periférica. O que propomos é, portanto, uma reapreciação crítica dos escritos de Carolina de Jesus, considerando as distintas formas de resistência que se manifestam tanto em sua intervenção literária quanto nos discursos

interpretativos que balizaram a sua legibilidade de um ponto de vista social, político, linguístico e, sobretudo, ético. Nesse sentido, pretendemos examinar tanto a recepção crítica imediata, ou seja, aquela que foi produzida na ocasião da publicação do livro, quanto os empreendimentos que atualmente se empenham em rediscutir esse legado. A partir dessa análise, pretendemos compreender o espaço de disputas simbólicas que articulam o campo literário, o cenário político e o discurso acadêmico.

A CENA POLÍTICA E CULTURAL NA DÉCADA DE 1960

Segundo Lajolo (2020, p. 205), em “A leitora no quarto dos fundos”:
“O Brasil dos anos 1960 parecia pronto para produzir e consumir — em grande estilo — Carolina Maria de Jesus”. O livro logo se tornou um fenômeno, com dez mil exemplares vendidos, além de ser traduzido para treze idiomas (Silva, 2009). Parece-nos, contudo, importante perquirir quais foram os mecanismos sociais que permitiram o êxito da enunciação oralizada de Carolina de Jesus em 1960. Para encontrar essa resposta, precisamos recuar um pouco no tempo, pelo menos até a década anterior, marcada por importantes eventos econômicos, sociais e culturais.

Entre o Estado Novo (1937-1945) e o Golpe Militar de 1964, o Brasil teve um breve respiro democrático durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A década de 1950 foi marcada por forte industrialização, crescimento econômico e urbanização do país, com a fundação de empresas como a Petrobras, a expansão e a pavimentação da malha rodoviária nacional e a construção de uma nova capital (Schwarcz; Starling, 2015). No entanto, esse progresso não se traduziu em melhores condições de vida para os mais pobres, como narra Carolina de Jesus, em entrada do seu diário, datada de 16 de maio de 1958:

Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer...Eu não ia comer porque o pão era pouco.[...]. Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos.” (Jesus, 2020, p. 37).

Nas artes, nascia o Cinema Novo, movimento que se tornaria proeminente nas décadas seguintes e que surgiu em resposta às tensões políticas, sociais e raciais que afetavam o país. O cineasta Nelson Pereira dos Santos foi um dos precursores do movimento. Em 1955, ele lançou o filme “Rio 40 graus”, que apresentava um novo olhar sobre a cidade do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, o Rio era observado artisticamente sob a perspectiva da favela:

Rio 40 graus revelava a beleza do Rio de Janeiro num domingo de muito calor; mas quem conduzia a visão do espectador era a realidade de uma cidade abatida socialmente pela miséria e pela brutalidade. A cena de abertura é memorável: um amplo panorama do Rio de Janeiro que fecha na favela do morro do Cabuçu. Em outra tomada, os cinco meninos descem a favela como se estivessem se apoderando da cidade — e o filme esbanja lirismo (Schwarcz; Starling, 2015, p. 419).

Na literatura, durante a década de 1950, autores como Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto e Jorge Amado haviam “modernizado” as narrativas de ficção, compondo obras com foco em questões sociais e regionais. Além disso, as mulheres, enfim, começavam a ocupar uma posição relevante na cena literária brasileira, não mais como simples personagens das narrativas, mas como autoras das histórias: Cecília Meirelles, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Nélida Piñon, entre outras. Entretanto, é preciso frisar que todas elas faziam parte de um recorte social privilegiado: “mulheres brancas e bem-nascidas”, como nos informa Gomes da Silva (2009, p. 60). Já Carolina de Jesus enfrentava as barreiras impostas pela intersecção entre gênero, raça e classe, para ser reconhecida como escritora, conforme ela mesma relata: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondiam-me: — É pena você ser preta” (Jesus, 2020, p. 63-64).

A fim de compreender os mecanismos sociais que catalisaram a ampla circulação de *Quarto de Despejo*, é importante destacar a presença de um movimento negro politicamente articulado, principalmente em São Paulo, na época do lançamento da obra.

Após a abolição da escravidão, em 1888, surgiram vários grupos de natureza assistencialista e política, recreativa e cultural como grêmios literários, clubes e associações beneficentes formados por pessoas que deixaram de ser escravizadas e por seus descendentes. A cidade de São Paulo chegou a registrar, entre 1907 e 1937, 123 associações negras (Domingues, 2007, p. 103).

Na década de 1930, surgiu a Frente Negra Brasileira (FNB), entidade com organização e reivindicações de cunho político, que logo espalhou filiais por diversos estados do país e se tornou essencial para que o movimento negro se difundisse pelo Brasil. A FNB possuía seu próprio jornal, *A voz da raça*, e, posteriormente, transformou-se em um partido político (Domingues, 2007).

Outro acontecimento importante para o movimento negro no país foi a fundação, em 1944, do Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado pelo ativista e, também, ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor e político Abdias do Nascimento. O TEN começou como um grupo de teatro composto por artistas negros que, com o tempo, foi ampliando o seu campo de ação e logo se transformou em um movimento de referência artística, cultural e política para o movimento negro, reunindo em torno de si importantes pensadores da negritude no Brasil. Abdias do Nascimento organizou eventos relevantes para discussão do tema: a Convenção Nacional do Negro (1945/1946); a Conferência do Negro (1949); e o Congresso do Negro (1950).

Simultaneamente, estabeleceu-se, em São Paulo, um espaço formado por jornais escritos por pessoas negras e para pessoas negras. Buscava-se uma alternativa para tratar questões de interesse dessa comunidade étnica. Mesmo sem ter grande circulação, esses veículos de imprensa foram

importantes enquanto canais de denúncias e de afirmação da cidadania e da identidade negra:

A luta pela cidadania empreendida pelos descendentes diretos dos escravos na metrópole paulistana foi sustentada, fundamentalmente, por uma significativa produção de jornais. Nenhum poeta ou jornalista negro imaginava atingir as camadas mais amplas da sociedade. Tratava-se exclusivamente de uma literatura orientada para os aspectos específicos da vida cotidiana do grupo étnico. Jornais de pequeno alcance, como *O Menelick*, seguido de *O Kosmos*, *Clarim da Alvorada*, *O Patrocínio*, *O Xauter*, *O Getulino*, *A Voz da Raça*, são nesse sentido exemplares (Silva, 2009, p. 62).

É importante salientar que observação de Silva (2009) deve ser compreendida dentro de um contexto específico: a imprensa negra paulista do início do século XX, que estava voltada para o fortalecimento interno da própria comunidade. Machado de Assis, Lima Barreto e Augusto dos Anjos, autores anteriores a esse momento, demonstram que também havia escritores negros buscando reconhecimento literário mais amplo.

Com o fim do Estado Novo, essa imprensa negra ganhou impulso e surgiram novos veículos de comunicação como *O Novo Horizonte* (1946), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Níger* (1960), revista *Senzala* (1946) (Domingues, 2007). Todos esses jornais buscavam, articulados, a solução para racismo por uma via educacional e cultural, utilizando a imprensa, o teatro e os eventos acadêmicos e culturais como formas de dirimir os traumas sociais brasileiros e de educar racialmente os brancos.

Em setembro de 1960, o jornal *Níger*, publicado pela Associação Cultural do Negro (ACN), trouxe, na capa da sua terceira edição, a fotografia de Carolina de Jesus. O editorial de capa trazia o título “O sentido Humano da Mãe Negra” (O Sentido [...], 1960, p. 3) e relacionava a escritora com o aniversário da Lei do Ventre Livre, data em que se homenageiam as mães negras escravizadas. Em 1960, o Clube 220, outra agremiação negra do Estado de São Paulo, promoveu o “Ano Carolina Maria de Jesus” e lançou a campanha para que a autora fosse agraciada com o título de Cidadã Paulistana, o que ocorreu no ano seguinte (Silva, 2021).

Percebe-se, portanto, que Carolina Maria de Jesus circulou por organizações como a ACN, em que foi homenageada com um almoço oferecido por José Correia Leite, presidente da associação e militante do movimento negro, e, na ocasião, foi apresentada a ícones do movimento negro no Brasil, como Jacira Sampaio e Sebastião Rodrigues Alvez (Farias, 2018). Nesse interim, parece haver conexões entre o contexto histórico apresentado e a trajetória da autora. Tais elementos não só coexistiram, como também se retroalimentaram, elaborando um tecido cultural e político importante para a emergência de uma obra como *Quarto de despejo*. Assim como nos informa Gomes da Silva (2009, p. 63): “[...] nos anos 60, momento em que a autora fez sua aparição inesperada, a literatura se apresentava politicamente como um espaço privilegiado de elaboração da identidade negra”.

As mobilizações nacionais, nessa época, articulavam-se com movimentos políticos de alcance internacional, destacando-se, entre eles, a *negritude*, movimento iniciado, na França, em 1934, por Aimé Césaire, Léon Damas e Léopold Sédar Senghor. Segundo Zilá Bernd (1988), a *negritude* é um conceito polissêmico que nos remete ao pertencimento à raça negra; à coletividade da raça; a um processo de tomada de consciência e reivindicação do homem negro; a um estilo artístico-literário e a um conjunto de valores da civilização africana.

O antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2009, p. 19) define a *negritude*, agudamente, como união identitária de pessoas que “o mundo ocidental ‘branco’ reuniu sob o nome de negros” com três objetivos principais: “protestar contra a ordem colonial, lutar pela emancipação de seus povos oprimidos e lançar o apelo de uma revisão das relações entre os povos” (Munanga, 2009, p. 50). Para ele, a união através de um movimento organizado, para além da solidariedade e fraternidade, configura-se como arma na luta pela reconstrução de valores e na reivindicação de direitos negados.

Tendo em vista o cenário descrito até aqui, nos questionamos: será que o Brasil, nos anos 1960, estava realmente preparado para a obra de Carolina de Jesus, como sugere Lajolo (2020)?

AUDÁLIO DANTAS E CAROLINA DE JESUS: A INTERVENÇÃO EDITORIAL E A RECEPÇÃO CRÍTICA

De acordo com o biógrafo Tom Farias (2018), Carolina de Jesus despertou o interesse imediato do público e da mídia desde a primeira matéria veiculada sobre ela, entretanto, ao que parece, esse interesse inicial estava mais focado no “exotismo” de uma autora preta e periférica do que no valor estético ou analítico que poderia ser deduzido de sua produção literária.

Nesse contexto, destaca-se a figura de Audálio Dantas, o editor de *Quarto de Despejo*. Em função da elaboração de uma reportagem sobre a favela do Canindé, ele esteve no lugar em que a autora vivia e viu os vinte cadernos manuscritos em que ela narrava sua vida. Naquele momento, o jornalista desistiu de escrever sua reportagem. Surgia, assim, a proposta de publicação de um livro:

Lá, no rebuliço favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. E tinha! Tanto que, na hora, desisti de escrever a reportagem. A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história - a visão de dentro da favela (Dantas, 2020, p. 201).

Antes da publicação do livro, em 09 de maio de 1958, foi veiculada uma reportagem sobre o encontro entre Carolina e Audálio e a descoberta dos escritos. A matéria, publicada no jornal *Folha da Noite* sob o título “O drama da favela escrito por uma favelada” (Dantas, 1958), colocava em evidência a condição social da autora: com a publicação, Carolina de Jesus se tornou alvo da imprensa sensacionalista que a tratava como uma excentricidade antropológica. O retrato da escritora na imprensa brasileira permaneceu assim, mesmo depois do lançamento do livro, como relata Tom Farias (2018, p. 216-217):

Carolina, como mulher negra e favelada, e agora escritora, se tornou, ao mesmo tempo, um produto “vendável” do jornalismo noticioso e sensacionalista, que tinha nela a garantia de audiência certa, como objeto de consumo e curiosidade, mas também como uma peça publicitária da própria Livraria Francisco Alves, que nesse particular, percebeu mais a fundo (mais do que Audálio Dantas) o alcance midiático que ela poderia proporcionar, como elemento estranho, provocando a curiosidade pública e também a comiseração por sua história de vida.

Se, por um lado, os escritos de Carolina de Jesus, ou a própria autora enquanto personagem, despertaram o interesse do público e da mídia, por outro, houve forte resistência da crítica especializada no que concerne ao valor literário que poderia ser atribuído à obra. Essa oposição à discursividade marginal de *Quarto de despejo* é tratada por Farias (2018, p. 223): “[o]s jornais e demais escritores, ditos cultos, incomodados com a presença, nas suas, até então, intocáveis lides literárias, de uma ‘escritora favelada’, torceram bastante o nariz”.

A crítica não era capaz de tratar a escrita de Carolina Maria de Jesus como literatura. Uma visão eurocêntrica, fortemente atrelada a um cânone literário tradicional e acadêmico, hierarquizava a produção letrada, deslegitimando a autora de *Quarto de despejo*. Em artigo, publicado em 6 de setembro de 1960, no jornal *Diário da Noite*, sob o título “Conselho de Maria Carolina” (em que erra o próprio nome da autora), o jornalista e escritor Sérgio Porto, conhecido pelo pseudônimo “Stanislaw Ponte Preta”, diz que a “escritora favelada” é “mais favelada que escritora” (Ponte Preta, 1960, p. 13).

Como aponta Farias (2018), por trás de tanta resistência, escondia-se o preconceito racial. A reação da crítica mostra-se reveladora quanto à presença de mecanismos de exclusão e marginalização. A desvalorização da escrita de Carolina de Jesus se insere em um contexto histórico de racismo, elitismo e machismo, que buscava silenciar as vozes dissonantes e subalternizadas. Eis o que compreendemos como uma “memória viva dos combates”, conforme ensina Foucault (2005), ou seja, as lutas silenciadas por uma estrutura social constituída sobre uma base colonialista, escravocrata e racista.

Foucault compreendia o racismo como uma tecnologia de controle a serviço do Estado moderno. Como explica o autor:

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (Foucault, 2005, p. 304).

Algumas páginas depois, o mesmo conceito é tratado retroativamente em sua conexão com o colonialismo:

E pode-se compreender também por que o racismo se desenvolve nessas sociedades modernas que funcionam baseadas no modo do biopoder; compreende-se por que o racismo vai irromper em certo número de pontos privilegiados, que são precisamente os pontos em que o direito à morte é necessariamente requerido. O racismo vai se desenvolver primo com a colonização, ou seja, com genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderia fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo (Foucault, 2005, p. 307).

O preconceito racial que marcou a recepção da obra de Carolina de Jesus evidencia as mesmas estruturas de poder que Foucault identifica no funcionamento do racismo de Estado. Tais estruturas hierarquizam vidas, naturalizam desigualdades e deslegitimam discursos a partir da raça. Nesse sentido, a escrita de Carolina de Jesus realiza, na prática, a perspectiva genealógica proposta por Foucault: ao passo que expõe as tramas históricas e sociais do racismo, a autora reinscreve as vozes silenciadas pelos mecanismos de exclusão

Escritores e críticos literários boicotaram o lançamento de *Quarto de despejo*, que ocorreu no dia 19 de agosto de 1960, na sede da Livraria Francisco Alves (Farias, 2018). Os textos que se seguiram ao lançamento, publicados em jornais como *A Voz de São Paulo*, nos dão a medida dos preconceitos enfrentados por Carolina:

Numa opinião azarada, um crítico que se assinava “Casmurro de Assis”, pseudônimo para esconder a face da covardia e do despeito, classificou o livro de Carolina de “panfleto murmurado em voz mansa e cordial, voz humilde de criatura”, para dizer mais adiante: “O perigo é que Carolina Maria de Jesus queira se tornar uma escritora. Que aconteça com ela o que está acontecendo com esses negros que Marcel Camus recolheu nos morros e colocou no ‘Orfeu do Carnaval’ e que andam por aí agora com banca de artista” (Farias, 2018, p. 230-231).

O escritor e jornalista Alberto Moravia escreveu o prefácio da edição italiana de *Quarto de Despejo*, publicada em 1962. Em sua crítica, o autor não analisa questões técnicas ou temáticas relativas à composição da obra, restringindo-se a tratar da condição social de Carolina de Jesus, isso, em passagens carregadas de preconceito e de racismo:

Num diário como o de Carolina, de uma negra brasileira de baíssima extração social, esperaríamos, no tocante ao substrato cultural, aquela mescla folclórica e pitoresca de catolicismo contrarreformista e de magia africana que é muito frequentemente a religião dos pobres do Brasil. [...] Ela tem fé naquilo que constitui a única e verdadeira superioridade dos brancos sobre as raças de cor colonizadas e subjugadas: a cultura. [...] Carolina não é uma pessoa inferior como são frequentemente aqueles sobre os quais pesa a lembrança de uma servidão atávica. [...] Autêntica brasileira, a dignidade humanista e cristã da cultura lusitana se mescla em Carolina com esse não sei o quê de extravagante, de estranho e de infantil que é próprio das culturas negras (Moravia, 2020, p. 183-185, grifos nossos).

A atitude paternalista adotada por Moravia (2020), ao falar de Carolina Maria de Jesus, não se afasta do comportamento patológico descrito por Fanon (2008, p. 44), que compreende esse fenômeno como uma disposição de “amabilidades artificiosas”. Esse tipo de procedimento busca enquadrar o negro em uma visão de mundo embranquecida, em que este só pode existir, dada a suposta superioridade do branco, a partir de concepções desmoralizantes, pueris e inferiorizadas.

Nesse sentido, percebe-se, nas críticas publicadas à época, a intenção de desqualificar o trabalho de Carolina de Jesus por meio de argumentos

² O trecho a seguir, retirado da obra *História da Literatura Brasileira*, do crítico e historiador da literatura Sílvio Romero, ilustra a perspectiva racista presente em parte da crítica literária do final do século XIX: “Resta-me falar dos povos negros que entraram em nossa população. Eram quasi todos do grupo bantú. São gentes ainda no periodo do fetichismo, brutaes, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar” (Romero, 1902, p. 74).

discriminatórios, argumentos que mobilizavam uma concepção etnocêntrica de cultura e que associavam a população negra a um estágio primitivo de evolução social, argumento já antigo, que remontava ao racismo científico de fins do XIX, presente em historiadores da nossa literatura como Sílvio Romero².

Segundo Dalcastagnè (2007), a estigmatização do trabalho de Carolina, excluindo a sua obra do campo das letras, escamoteia um preconceito social que concebia a literatura como algo que deveria ser feito e consumido apenas pelas elites:

Entender um livro como testemunho significa dizer que a trajetória de vida do autor é percebida como tão ou mais importante do que a sua obra, e reservar a apreciação “estética”, que é marca da valorização social, à escrita dos autores de elite. Ou seja, a classe média descrevendo a classe média é literatura; pobre falando de pobres é testemunho; pobre escrevendo sobre a classe média, ou a elite, já seria um “despropósito” (Dalcastagnè, 2007, p. 129).

Contra a reação da crítica, que desvalorizou a obra de Carolina Maria de Jesus, Audálio Dantas foi um defensor de sua qualidade autoral. O jornalista enfatizou, no prefácio da primeira edição de *Quarto de Despejo*, que essa era uma história que nenhum escritor ou repórter saberia contar melhor do que a autora:

Narrativa diária da vida de Carolina e da vida da comunidade-favela. Coisa bem contada, assim como aparece agora em letra de fôrma, sem tirar nem pôr. Eu vi, eu senti. Ninguém podia melhor do que a negra Carolina escrever histórias tão negras. Nem escritor transfigurador poderia arrancar tanta beleza triste daquela miséria toda. Nem repórter de exatidão poderia retratar tudo aquilo no seco escrever (Dantas, 1960, p. 10).

Com o tempo, a relação entre Audálio Dantas e Carolina de Jesus ultrapassou os limites do trato ordinário entre editor e escritora. Ela foi se tornando cada vez mais complexa e atravessada por polêmicas. As tensões entre a autora e o jornalista já estavam ensejadas na própria redação de *Quarto de despejo*: “Tem hora que eu odeio o repórter Audálio Dantas. Se ele não

prendesse o meu livro eu enviava os manuscritos para os Estados Unidos e já estava socegada.” (Jesus, 2020, p.114).

No entanto, é em passagens do livro *Casa de alvenaria*, lançado em 1961, na esteira do sucesso de *Quarto de despejo*, que os conflitos se tornaram mais evidentes. No novo livro, Carolina de Jesus deixa claro que gostaria de produzir e publicar outros tipos de texto, romances ou poesias, mas, por orientação de Audálio Dantas, continuou a escrever diários: “Mas o Audálio diz que eu devo escrever Diário, seja feita a vontade do Audálio” (Jesus, 2021, p. 144).

O próprio Audálio Dantas, no prefácio da obra *Casa de Alvenaria*, publicada em 1961, expôs que, por vezes, houve dificuldades no relacionamento com a escritora. As questões envolvendo a escritora e o editor voltaram à tona recentemente. Não obstante essa relação polêmica, é inegável a importância da figura de Audálio Dantas como editor do livro.

A publicação de *Quarto de Despejo* representava um contraponto a um discurso desenvolvimentista em voga naquela época, uma vez que subvertia uma narrativa empenhada na exaltação das potencialidades econômicas da nação, sem, contudo, atentar para a desigualdade social que assolava o país. Carolina ficcionalizou a experiência da favela, a miséria e a desigualdade pungente dos esquecidos do *quarto dos fundos*:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sítim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2020, p. 40).

As memórias de Carolina colocavam em evidência situações que a cidade de São Paulo, em franco crescimento, se empenhava em esconder:

Sua experiência de favelada expunha ao coletivo uma chaga feia, atestado das falhas de projetos vigentes de desenvolvimento econômico e programa social, encetados por governos federais em nome da modernização do país (Meihy, 2020, p. 223).

Além disso, a autora seguia um contrafluxo pois “a intelectualidade brasileira não estava tão interessada em denúncias e olhava com toda desconfiança aquele fenômeno” (Meihy, 2020, p. 225).

A voz de Carolina de Jesus expunha abismos sociais que nem todos estavam dispostos a ver e, mesmo aqueles que pareciam dispostos, por vezes, apontaram para a necessidade de “adequar” essa voz a certos padrões, como discutiremos a seguir.

INSURREIÇÃO DE UMA VOZ SUJEITADA

Audálio Dantas conta que, como editor, selecionou algumas passagens dos vinte cadernos a que teve acesso e excluiu outras que considerou inadequadas para a publicação (Dantas, 2020). Apesar das assertivas sobre a manutenção da grafia de Carolina de Jesus, o grau de intervenção de Dantas no texto não é um assunto pacificado. O professor e pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy (2020, p. 228) adverte que:

Torna-se importante ainda salientar que o “primitivo” diário publicado por Audálio Dantas sob o título *Quarto de Despejo* não corresponde exatamente aos textos que Carolina escreveu. Algumas “correções” e muitos cortes acabaram, a nosso ver, por comprometer o texto [...].

Em 2021, a editora Companhia das Letras anunciou uma nova edição das obras de Carolina de Jesus, assim como a publicação de alguns livros inéditos. Um conselho formado pela filha de Carolina, Vera Eunice, pela escritora Conceição Evaristo e por pesquisadoras da área, decidiu efetuar uma intervenção editorial mínima nos manuscritos da autora, respeitando a grafia original das obras:

A fim de resguardar a integridade da voz e da escrita de Carolina, esta nova edição de *Casa de alvenaria* conserva toda a diversidade de registros presente nos manuscritos, considerando-os marcas autorais imprescindíveis para a adequada recepção de sua obra.

³ Nota à edição.

O critério básico da intervenção editorial foi, dessa forma, o de manter todas as grafias destoantes dos dicionários do início da década de 1960, quando o livro foi escrito (Jesus, 2021, p. 7)³.

As entradas do diário colocam em evidência o envolvimento de Carolina de Jesus com a escrita e com a leitura, atividades que são tratadas como práticas cotidianas, mesmo diante de inúmeras dificuldades, em uma constante batalha por sua sobrevivência e de seus filhos:

O nervoso interior que eu sentia ausentou-se. Aproveitei a minha calma interior para ler. Peguei a revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me. Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão (Jesus, 2020, p. 20).

Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear o livro. O livro é a melhor invenção do homem (Jesus, 2020, p. 30).

O interesse por literatura evidencia-se na biografia de Carolina de Jesus como um instrumento efetivo de luta: “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia” (Jesus, 2020, p. 257). Um argumento como esse nos conduz a refletir sobre a insuficiência dos critérios estéticos convencionais para a apreciação de um livro como *Quarto de despejo*. A escrita de Carolina desloca a análise literária, a partir de uma viragem ética, para uma dimensão política e social, em que o valor da obra não se define apenas pela forma ou pela adequação a modelos tradicionais, mas também por evidenciar a condição humana e suas desigualdades.

Como se sabe, a escrita da autora é marcada pelo afastamento da norma culta da língua portuguesa. A escolha editorial de manter ou adequar o texto ao padrão rende, até hoje, discussões acaloradas entre aqueles que pretendem preservar a originalidade da autora e os que acreditam que a ausência de “correções” serviria apenas para manter a escrita de Carolina no campo da exotividade⁴. Conceição Evaristo, entretanto, não comunga da mesma opinião. Para ela, a maneira com que Carolina de Jesus se apropria da língua e concebe um estilo próprio de escrita, para além de ser respeitado e mantido, deve ser também alvo de pesquisas:

⁴ Ver: <https://rascunho.com.br/noticias/novas-edicoes-reascendem-polemicas-sobre-carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 20 set. 2024.

Buscar entender o universo da escrita de Carolina Maria de Jesus é deparar com uma criação muito peculiar de um discurso literário em que o processo da escrita precisa ser pensado para além do que a gramática, os dicionários, os livros escolares, os mestres da língua portuguesa, o sistema de ensino da língua e a escola permitem e oferecem. É preciso considerar fundamentalmente que estamos diante de um registro literário produzido por uma pessoa cuja construção do processo de letramento se deu de maneira muito especial: os caminhos da aprendizagem da leitura e da escrita trilhados por Carolina foram marcados mais por um autodidatismo do que pela frequência à escola. [...] Como se trata de alguém que enveredaria, mais tarde, pelos caminhos da literatura, essa experiência autodidática não deve ser romanceada nem desprezada, mas sim investigada: o modo como Carolina conseguiu criar métodos tão singulares de apropriação da língua portuguesa para construir uma competência própria para a escrita. Nesse sentido, o autodidatismo de Carolina e a temática por ela adotada constituem-se como pontos diferenciais profundos de sua obra em relação à literatura que estava sendo produzida em sua época, nos anos 1960. Pode-se afirmar, porém, que Carolina Maria de Jesus, produzindo a partir de uma capacidade adquirida por um processo autodidático, cria uma tradição literária em que sujeitos da escrita, tendo ou não certificados escolares, mas sempre letrados, fazem da leitura e da escrita práticas sociais que lhes possibilitam se colocar na sociedade em que vivem e inclusive criticá-la (Evaristo; Jesus, 2021, p. 12-13).

A autora deu voz à experiência de uma população esquecida e silenciada com posicionamentos incisivos que evidenciavam sua consciência política insurgente: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (Jesus, 2020, p. 35). Segundo Elzira Divina Perpétua (2014), autora da primeira tese de doutorado sobre Carolina Jesus (defendida em 2000 na Universidade Federal de Minas Gerais), *Quarto de despejo* inaugurou a autobiografia como proposta estética no Brasil. Além disso, a obra inventa uma nova forma de narrar a cultura popular urbana: “A cidade era seu tema premente. A relação conflituosa e apaixonada ao mesmo tempo revela a leitura de um texto urbano diferenciado dos que comumente se vê” (Meihy, 2020, p. 230).

Com efeito, Carolina Maria de Jesus atribui novos sentidos à *desterritorialização* do ser humano contemporâneo, adotando a perspectiva da favela e do favelado e situando-se, assim, à margem do que Guattari (1992, p. 177) classificaria como função subjetiva da cidade. Carolina cria um mundo

onírico composto como consequência direta dessas “*sujetividades*” parciais”, explicitando, de forma singular, a compartimentalização da cidade, de forma objetiva e subjetiva, e suas repercussões nas relações das pessoas com o meio urbano e entre si.

Esse conjunto de textos ainda esbarra em obstáculos, criados pelo mercado editorial e pela crítica, para a sua publicação, estando o afastamento de normatividades linguísticas canônicas entre os óbices primordiais. Nesse contexto, é importante salientar que o estilo de Carolina de Jesus não se limita a desvios da norma, uma vez que a leitura atenta da obra nos permite vislumbrar as particularidades de uma escrita com índices de identidade étnica e particularidades regionais. Algumas leituras de seu trabalho destacam, por exemplo, o uso criativo de regionalismos mineiros e de marcas de línguas africanas que podem ser identificadas em variantes orais do português brasileiro, como aponta Evaristo:

O registro diferenciado da língua portuguesa por Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo* foi entendido e julgado como um texto mal escrito, dissonante da linguagem permitida. Entretanto, uma leitura cuidadosa — não só de sua primeira obra e de outros escritos, mas também deste *Casa de alvenaria* — mostra um sujeito de criação consciente de que escrever é um exercício de linguagem, motivo pelo qual a autora se empenhava em fazer a escolha das palavras com tanto afincio (Evaristo; Jesus, 2021, p. 14).

Segundo a antropóloga e ativista Lélia Gonzalez (2020, p. 128), o “pretuguês” é uma espécie de “africanização do português falado no Brasil”. Ela acredita que herança africana foi incorporada na língua por influência de mulheres negras que atuaram na educação das crianças de famílias brancas — mucamas, amas de leite, babás — mulheres que foram responsáveis por ensinar-lhes as primeiras palavras, repletas de referências às línguas africanas:

Mais precisamente, coube à mãe preta, enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português *falado* no Brasil (o “pretuguês”, como dizem os africanos lusófonos) e, consequentemente, a própria africanização da cultura brasileira. E, se levamos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como o fator de humanização ou de entrada na ordem

da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por essa razão que a cultura brasileira é eminentemente negra. E isso apesar do racismo e de suas práticas contra a população negra enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira (Gonzalez, 2020, p. 54-55).

A depreciação do “pretuguês” esconde, nesse sentido, um preconceito social e racial contra aqueles que trazem as marcas da herança africana em sua maneira de se expressar. Em suma, essa variante da língua foi estigmatizada por ser entendida como o português “errado” em razão de quem a falava:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erros dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (Gonzalez, 2020, p. 90).

Para a etnolinguista Yeda de Castro (2016, p. 13), as alterações promovidas pelas “vozes dos quatro milhões de indivíduos que foram trasladados da África Subsaariana para o Brasil ao longo de quatro séculos consecutivos” ocorreram em “todos os setores, léxico, semântico, prosódico, sintático e, de maneira rápida e profunda, na língua falada, o que deu ao português do Brasil um caráter próprio, diferenciado do português de Portugal”. Desse modo, todas as marcas africanas no português brasileiro, formalmente entendidas como “erros gramaticais”, possuem uma explicação linguística e uma razão histórica.

bell hooks (2017, p. 229) fala sobre as dificuldades enfrentadas ao operar uma língua diferente do padrão, especialmente na escrita: “[q]uando comecei a incorporar o vernáculo negro em ensaios críticos, os editores me devolviam o artigo reescrito em inglês padrão”. A autora considera que essa necessidade de “correção” é parte de uma repressão política inconsciente, cúmplice de uma cultura de dominação.

Assim, para hooks (2017), é necessário, visto o contexto multicultural estabelecido pelo colonialismo, resistir aos processos de dominação inerentes

aos usos normativos da língua, algo que se manifesta não apenas no afã de corrigir os “erros” gramaticais, mas também nos processos de atribuição de sentido, de tal forma que essa manifestação de forças hegemônicas não se configure como a única possibilidade de troca entre as variantes linguísticas. É crucial, portanto, reconhecer que em uma escrita conectada com especificidades culturais vinculadas à oralidade há o resgate de um espaço íntimo e complexo de experiências que o idioma padrão é incapaz de captar.

Nesse sentido, poderíamos compreender a escrita de Carolina de Jesus como uma forma de se apropriar do português, empregando uma variante que privilegia a língua falada, ao arrepio da norma imposta pela cultura dominante. O enquadramento da obra de Carolina sob a ótica do exotismo revela a resistência das elites culturais e econômicas brasileiras em reconhecer a potência criativa de uma mulher negra e periférica como produtora de saberes.

A extensão desse balizamento fundado em uma perspectiva que desvaloriza o saber da autora diverge da imagem que Carolina faz de si e de seu espaço. A elite branca insistiu na classificação de Carolina Maria de Jesus sob a ótica do exotismo, enquanto ela se percebia, de fato, exótica, contudo, sob outro prisma: “Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido” (Jesus, 2020, p. 36). Mais do que contrapor pontos de vista, em uma busca prescindível entre o certo e o errado, é essencial reconhecer a posição política que as pessoas negras exercem ao forjar sua própria imagem cultural, de acordo com interesses humanos específicos (Asante, 2009).

Como afirma a própria Carolina, a sua escrita “[...] tem erros gramaticais. Não há possibilidade de correção. *É uma advertência social*” (Jesus, 2021, p. 154, *grifo nosso*). Ou seja, há uma atitude deliberada de reafirmação da autora quanto ao uso da uma variante linguística oralizada, recurso que pretende marcar uma posição de luta e resistência. Nesse sentido, seria possível afirmar que sua prática discursiva se revela como uma atividade eminentemente política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esteira de uma narrativa histórica desenvolvimentista, a crítica literária dos anos 60 assimilou modelos de dicção narrativa que correspondiam a uma prática discursiva canônica ou, quando muito, simpática às oralidades estilizadas. O tratamento literário de agentes sociais marginalizados, sejam eles urbanos ou rurais, presumia um domínio extraordinário não apenas das modalidades cultas da língua, mas também de suas variantes regionais e étnicas, de tal forma que o tensionamento do padrão culto resultasse em uma variação artística do idioma. Nesse sentido, a depauperação da língua em Clarice Lispector ou a sua regionalização em Guimarães Rosa revelam-se como procedimentos emblemáticos.

De acordo com Meihy (2020, p. 224), “até aquele momento [...] tudo o que existia era ficção escrita sobre os desprovidos e nunca por eles”. Em 1960, Carolina de Jesus revela o ponto de vista, até então silenciado, de uma população urbana que conhecia de perto as chagas da desigualdade social. A realidade da favela narrada em *Quarto de despejo* passa ao largo da ficção valorizada pela elite intelectual da época.

O texto foi visto, então, como um incômodo, tanto pela origem da escritora, negra, periférica e autodidata, quanto pelo descortinamento de uma verdade desconcertante – no pujante centro econômico do “país do futuro”, as pessoas passavam fome.

Se essa “advertência social” pareceu demasiadamente amarga para a recepção contemporânea, as mutações da crítica nas últimas décadas iriam reconduzir as obras de Carolina de Jesus à ordem do dia. Sob o influxo dos estudos culturais, as questões relativas ao valor estético das obras passaram a um segundo plano, cedendo espaço para abordagens que concebem as distintas práticas discursivas sob uma perspectiva ética, política e étnica. Os conflitos inerentes à formação da sociedade brasileira, silenciados durante muito tempo pelo mito da democracia racial, vieram, paulatinamente, à tona,

favorecendo a visibilidade de agentes culturais vinculados à luta contra o racismo, sexismo e classicismo.

Entre tentativas de apagamento e processos de ressurgência, a obra de Carolina Maria de Jesus segue atravessada por disputas simbólicas e reações do poder hegemônico. Sua escrita marginalizada colocou em evidência posições que se revelaram explicitamente discriminatórias, quando não abertamente racistas. Nesse sentido, sua “advertência social” inscreveu-se, definitivamente, na história social, política e intelectual da sociedade brasileira, resistindo, e, simultaneamente, alertando-nos sobre a resiliência de nossa herança escravocrata. Luta ancestral, local, contra a força de um saber hegemônico, global.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo fornecimento de Bolsa de Cotas Institucionais.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Coleção Sankofa: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, vol. 4). p. 93-110.

BERND, Zilá. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos, n. 209)

CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português do Brasil: o legado negroafricano nas Américas. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/5398>. Acesso em: 10 maio 2025.

DALCASTAGNÈ, Regina. Ilusão e referencialidade: tendências da narrativa brasileira contemporânea. *Signótica*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 125–141, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6322684>. Acesso em: 13 abr. 2025.

DANTAS, Audálio. O drama da favela escrito por uma favelada. *Folha da Noite*. São Paulo, 9 maio 1958. Disponível em: <https://shre.ink/xC9g>. Acesso em: 5 mar. 2024.

DANTAS, Audálio. Nossa irmã Carolina. Prefácio. In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

DANTAS, Audálio. A atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. Edição comemorativa (1960 – 2020). São Paulo: Ática, 2020.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.

EVARISTO, Conceição; JESUS, Vera Eunice de. Outras Letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus. In: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria*. vol. 1, Osasco, SP: Companhia das Letras, 2021.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Tom. *Carolina*: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS)

HOOKEs, bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Edição comemorativa (1960 – 2020). São Paulo: Ática, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. vol.1, Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LAJOLO, Marisa. A leitora no quarto dos fundos. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Edição comemorativa (1960 – 2020). São Paulo: Ática, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Edição comemorativa (1960 – 2020). São Paulo: Ática, 2020.

MORAVIA, Alberto. O diário de Carolina. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Edição comemorativa (1960 – 2020). São Paulo: Ática, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 3. ed. ampl. e rev. pelo autor. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

O SENTIDO humano da mãe preta. **Níger**. São Paulo, setembro, 1960, ano 1, nº 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/845159/33>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **Traços de Carolina Maria de Jesus**: gênese, tradução e recepção de Quarto de Despejo. 2000. 369 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2000.

PERPÉTUA, Elzira Divina. A proposta estética em Quarto de despejo, de Carolina de Jesus. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 18, n. 35, p. 255-266, 18 dez. 2014. DOI: [10.5752/P.2358-3428.2014v18n35p255](https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2014v18n35p255). Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2014v18n35p255>. Acesso em: 20 out. 2024.

PONTE PRETA, Stanislaw. O conselho de Maria Carolina. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, 6 setembro 1960. Disponível em: <https://shre.ink/xC9f>. Acesso em: 5 mar. 2024.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1902.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, José Carlos Gomes da. Carolina Maria de Jesus e os discursos da negritude: literatura afro-brasileira, jornais negros e vozes marginalizadas. **Revista História & Perspectivas**, [s. l.], v. 1, n. 39, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19189>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Carolina Maria de Jesus e o associativismo político-cultural negro nos anos 1960. **Literafro: Portal da Literatura Afro-Brasileira**, UFMG, 06 de agosto 2021. Disponível em: <https://shre.ink/xC9d>. Acesso em: 6 abr. 2025.

Quarto de despejo: genealogy of a marginalized voice

Abstract: This article analyzes the forms of resistance staged in *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, book by Carolina Maria de Jesus. The analysis initially focuses on the context in which the work was published and on some elements of its initial critical reception. In the second part, the study seeks to examine the critical scenario that recontextualizes the memories and struggles depicted in the autobiographical text. By using the concept of genealogy, developed by Foucault, we focus on the dynamics of the power relations that shaped the trajectory of the work and its author.

Keywords: Quarto de despejo. Carolina Maria de Jesus. Genealogy. Michel Foucault.

Quarto de despejo: genealogía de una voz marginada

Resumen : Este artículo analiza las formas de resistencia escenificadas en *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. El análisis se centra, en un primer momento, en el contexto de publicación de la obra y en algunos elementos de su primera recepción crítica. En la segunda parte, el estudio se dedica a examinar el escenario crítico que recontextualiza las memorias y luchas figuradas en el texto autobiográfico. Al recurrir al concepto de genealogía, elaborado por Foucault, se enfoca en la dinámica de las relaciones de poder que moldearon la trayectoria de la obra y de su autora.

Palabras clave: Quarto de despejo. Carolina Maria de Jesus. Genealogia. Michel Foucault.